

RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.225 - SP (2020/0037080-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
ADVOGADO : VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464
ADVOGADA : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291
RECORRIDO : LEANDRO ANSELMO PEREIRA
ADVOGADO : FERNANDA RODRIGUES ROSCHEL - SP251907

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

RECURSO. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA - FACULTATIVO. APÓLICE COLETIVA. RELAÇÃO CONSUMERISTA. INVALIDEZ PERMANENTE POR DOENÇA. OBJETIVO. RECEBIMENTO DE CAPITAL SEGURADO. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. AÇÃO DE COBRANÇA.

Segurado que alega invalidez para o trabalho decorrente de doença, além da recusa da seguradora ao pagamento da indenização. Sentença de procedência da ação, denegados os danos morais. Irresignação da seguradora, ao argumento de invalidez não configurada, nos termos das condições gerais da apólice. Prova dos autos que o evento segurado deu-se no transcurso da apólice. Invalidez para o trabalho comprovada por laudo pericial produzido nos autos.

Requerente que é portador de doenças incuráveis, inclusive com perda de movimentos do lado direito do corpo. Abusividade da cláusula das condições gerais da apólice, que condiciona o pagamento da cobertura à perda da existência absolutamente independente do segurado conceito geral indefinido, impreciso e prejudicial ao consumidor. Ilegalidade da recusa. Prova nos autos da vigência do contrato e cobertura para o evento em tela. Parcial acolhimento do apelo tocante à data de incidência de correção monetária e juros de mora, com correção neste tocante. Vedação da compensação dos honorários advocatícios. Necessidade de fixação, de ofício, da verba honorária, consoante o labor profissional e empenho demonstrado nos autos. Majoração da honorária advocatícia (artigo 85, parágrafo 11, do Código de Processo Civil) que não é

devida ao requerente, em razão do parcial acolhimento do apelo da requerida. Procedência parcial.

Sentença parcialmente reformada. Recurso de apelação da requerida provido em parte para possibilitar a readequação dos consectários da mora, descabida a majoração da honorária advocatícia sucumbencial com base no parágrafo 11 do artigo 85 do atual Código de Processo Civil.

RECURSO ADESIVO SEGURO FACULTATIVO DE VIDA APÓLICE COLETIVA RELAÇÃO DE CONSUMO INVALIDEZ PERMANENTE POR DOENÇA OBJETIVO RECEBIMENTO DE CAPITAL SEGURADO REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS AÇÃO DE COBRANÇA. Pleito do requerente para condenação da seguradora ao pagamento de danos morais. Descabimento. Negativa de indenização que implica em prejuízo meramente patrimonial, ausente abalo psicológico ou dor íntima a permitir a reparação moral Majoração da Honorária advocatícia com artigo 85, parágrafo 11, do Código de Processo Civil, que é devida aos procuradores da requerida, observada a gratuidade judiciária concedida ao requerente. Procedência parcial. Sentença mantida neste tocante. Recurso de apelação do requerente não provido, majorada a verba honorária advocatícia sucumbencial da parte adversa, atento ao conteúdo do parágrafo 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil.

Alega-se violação dos artigos 757 e 760 do Código Civil sob o argumento de que há distinção entre as coberturas por invalidez funcional e laboral, sendo claro na apólice que apenas a primeira é coberta.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Esta Corte tem, de fato, entendimento de que há diferença entre invalidez permanente funcional e laboral, não havendo ilegalidade na estipulação de cobertura apenas para a primeira.

Assim:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIALETICIDADE RECURSAL. OBSERVÂNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO EM GRUPO. LIMITAÇÃO DE COBERTURA. INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DISTINÇÃO

DE INVALIDEZ LABORATIVA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. É de ser afastada a inobservância à dialeticidade recursal quando a parte impugna especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
2. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "para fins de cobertura contratual, há clara diferenciação entre cobertura por invalidez funcional (Invalidez Funcional Permanente Total por Doença - IFPD) e invalidez laboral (Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença - ILPD)", não havendo "ilegalidade na cláusula que condiciona o pagamento da indenização securitária, em caso de invalidez por doença, à incapacidade permanente total do segurado" (AgInt no AREsp 952.515/SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe de 2/6/2017).
3. No caso, a Corte local consignou que a incapacidade permanente do agravante para o exercício da atividade militar, mas sem o comprometimento das suas relações autonômicas, não obriga a seguradora ao pagamento da indenização securitária, tendo em vista a ausência de contratação de cobertura de risco relativo à invalidez laboral principal do segurado.
4. Agravo interno provido para afastar a falta de dialeticidade recursal, conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1579031/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/2/2020, DJe 3/3/2020)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. COBERTURA DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA - IFPD. NÃO ABRANGÊNCIA DA INVALIDEZ TÃO SOMENTE PARA O TRABALHO. CLÁUSULA NÃO ABUSIVA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA INDEVIDA . DECISÃO MANTIDA.

1. É legítima a diferenciação entre o seguro por invalidez funcional (IFPD) e o por incapacidade laboral (ILPD), inexistindo abusividade na cobertura prevista apenas em casos de perda de vida independente quando a apólice refere-se ao seguro IFPD. Precedentes.
2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1823705/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 6/2/2020, DJe 11/2/2020)

O Tribunal local, embora reconheça que "a cláusula limitativa condiciona o pagamento da indenização aos casos de completa dependência da segurada a outrem,

ou seja, à configuração de estado vegetativo do segurado" (e-STJ, fl. 462), concluiu que em "casos de invalidez por doença, a vítima torna-se incapaz para o desenvolvimento da atividade profissional remunerada habitual, ou mesmo para o desempenho de atividades domésticas básicas, como no caso, mas não perde a capacidade de se higienizar, alimentar-se ou se vestir sozinho, como exige a cláusula contratual para o pagamento da indenização securitária.

E não se pode perder de vista, ainda, que o contrato de seguro de vida foi intermediado por empregadora em favor de seus funcionários, os quais assumiram o pagamento dos prêmios para gozar das coberturas contratuais que lhe garantissem em caso de invalidez por doença.

Sendo assim, considerando que o contrato de seguro se deu por força de contrato de trabalho, a finalidade contratual somente poderia versar sobre infortúnios advindos de incapacidade profissional por doenças (como é o caso), não podendo versar sobre incapacidade advinda da necessidade de seu auxiliar de outrem para realizar as atividades mais básicas a todo ser humano."

Não está, como se vê, o entendimento do Tribunal de origem de acordo com a jurisprudência desta Casa.

Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso especial para julgar improcedentes os pedidos. Custas e honorários pelo autor, estes em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora